

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-PIRACICABA

1  
2 No dia 19 de março de 2024, às 14h00, iniciou-se de forma tele presencial, a 41ª  
3 Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba – CBH-  
4 Piracicaba. Dando início às atividades, o presidente do CBH-Piracicaba, Jorge  
5 Borges, cumprimentou os conselheiros presentes e agradeceu a presença de  
6 todos. Logo após, iniciou a conferência de quórum, efetuando a chamada dos  
7 conselheiros. Constatou-se a presença de 24 conselheiros, preenchendo a  
8 quantidade mínima de participantes presentes, que seriam 19. Passou-se então  
9 para a próxima etapa da pauta, a primeira deliberativa, quando se aprovou sem  
10 objeções e abstenções a ata da 40ª reunião extraordinária, realizada no dia 19 de  
11 fevereiro de 2024. Na sequência, a analista da AGEDoce, Juliana Vilela, iniciou-  
12 se o principal item de pauta, a Deliberação Normativa ad *referendum* n.º 101, de  
13 18 de janeiro de 2024 - Dispõe sobre a revisão dos critérios e define os  
14 mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos na área de  
15 atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piracicaba. A princípio, passou-se a  
16 palavra ao assessor da diretoria executiva da AGEDoce, Alex Cardoso, para  
17 transmitir as informações aos conselheiros. Este iniciou apresentando a  
18 deliberação normativa ad *referendum* n.º 101, de 18 de janeiro de 2024 que surge,  
19 por consequência, da deliberação normativa do Conselho Estadual de Recurso  
20 Hídricos de Minas Gerais n.º 68, de 22 de março de 2021 e padroniza a  
21 metodologia e valores de PPU referentes a cobrança dos usos da água no estado  
22 de Minas Gerais. Continuando, apresentou o Art. 5ª da deliberação, que propõe a  
23 criação de um grupo de trabalho a ser composto por membros dos seis comitês,  
24 visando aprofundar as discussões acerca da metodologia e de valores de Política  
25 de Preço Unitário - PPU e o Art. 6ª que revoga a Deliberação Normativa n.º  
26 15/2011, de 14 de abril de 2011. Logo após, iniciou-se a explicação sobre a  
27 metodologia de cálculo da cobrança pelo uso de recurso hídricos com referência  
28 também ao lançamento de efluentes nos cursos d'água da bacia do Piracicaba,

29 apresentando primeiramente, os cálculos dos valores de captação para o setor da  
30 agropecuária, enfatizando a diferença nos cálculos para os setores de  
31 agropecuária, saneamento e mineração. Jorge Borges questionou como seria  
32 montado o valor de cobrança para o município que não realiza o tratamento de  
33 seu efluente, em resposta, Alex proferiu que estes pagariam o valor conforme a  
34 carga orgânica, declarada ao IGAM, pelo usuário, no momento de realização da  
35 outorga. Além disso, Jorge Borges sugeriu que os municípios sem estrutura  
36 deveriam não ter valor aplicado ao lançamento. Em seguida, o conselheiro  
37 Geraldo Magela questionou se o valor de cobrança calculado para o setor da  
38 agropecuária consideraria os números de habitantes do município, em resposta,  
39 Alex diz que dependerá do tipo de efluentes. O conselheiro Paulo Henrique  
40 questionou a diferença do cálculo de cobrança para o setor agropecuário dos  
41 demais setores. Em resposta, Alex apresentou seu parecer e diz considerar este  
42 cálculo uma forma justa para o setor agropecuário, visto que os pequenos  
43 produtores devem ter maior dificuldade ao realizar as medições devido à falta de  
44 instrumentos. O conselheiro José Angelo Paganini questionou e sugeriu que o  
45 valor seja tabelado e igualitário para todos os usuários. Alex esclareceu que se  
46 existe o valor de água medido ele deve ser considerado no cálculo  
47 obrigatoriamente, caso o valor não exista deve ser usado o valor outorgado. Após  
48 isso, Geraldo Magela perguntou se a silvicultura se encaixa no setor agropecuário  
49 e se os usuários de pequenos volumes estão contemplados no cálculo. Alex  
50 respondeu que só serão contabilizados os usuários de porte outorgável, visto que  
51 a base do instrumento de cobrança são os valores outorgados. Geraldo Magela  
52 questionou se todos os pequenos produtores devem ter o Cadastro de Uso  
53 Insignificante de Recursos Hídricos e se esses usuários recebem algum apoio  
54 específico para realização do cadastro. Alex respondeu que todos os usuários de  
55 pequenos volumes devem fazer o cadastro de uso insignificante, junto ao IGAM,  
56 informando o seu uso da água, caso ao contrário eles estarão em condição

57 irregular, também disse que esses usuários recebem apoio devido à parceria com  
58 o IEF - Instituto Estadual de Floresta, que trabalha com a regularização de imóveis  
59 rurais e auxilia as famílias rurais participantes do programa Rio Vivo. O  
60 Engenheiro Civil da escola de Projetos da AGEDoce, Adriano Ferreira, pediu a  
61 palavra e complementou o que foi falado por Jorge Borges e Alex, dizendo que a  
62 outorga é um instrumento de gestão de recursos hídricos e a água é um bem de  
63 domínio público. Logo, é obrigatória a declaração de toda água utilizada, a  
64 diferença é que o uso insignificante não é taxado de forma monetária. A palavra  
65 foi passada novamente ao Alex, em prosseguimento, continuou articulando sobre  
66 a metodologia de cálculo da cobrança pelo uso de recurso hídricos, apresentando,  
67 assim, os cálculos dos valores de captação para o setor de saneamento,  
68 mineração e os demais setores, além dos cálculos para lançamento de efluentes.  
69 Jorge Borges perguntou se AGEDoce fez uma simulação da arrecadação do Rio  
70 Piracicaba em relação à nova PPU-Pagamento Público Unitário. Em resposta,  
71 Alex diz que foi realizada uma simulação na última semana de dezembro de como  
72 seria a diferença em relação à arrecadação do Comitê Piracicaba. Com isso, foi  
73 observado que as PPU's têm uma pequena redução no setor de saneamento e  
74 isto implica em uma redução de 7% na cobrança, considerando a metodologia de  
75 2011. Jorge Borges ainda questionou se no estudo foi considerado a área de  
76 mineração, visto que considera sua PPU baixa. Em resposta, Alex respondeu que  
77 a simulação foi realizada considerado todas as outorgas. Geraldo Magela  
78 salientou que a diferença entre as PPU's de abastecimento público, agropecuária  
79 em relação as demais finalidades é pequena, tendo em vista que o rebaixamento  
80 para mineração se encaixa nas demais finalidades, ainda falou que os valores dos  
81 recursos devem considerar as crises hídricas e climáticas, Alex concordou com a  
82 fala feita pelos conselheiros e reafirma que é necessária uma análise de  
83 sustentabilidade da bacia como um todo. Em resumo finalizou-se a apresentação  
84 das informações sobre a deliberação normativa. Ato contínuo, a palavra foi

85 passada a analista Juliana, que abriu as inscrições para composição do grupo  
86 proposto no Art 5ª da Deliberação Normativa 2021, a sugestão foi que cada comitê  
87 indicasse dois representantes, após decisão, ser encaminhada a câmara técnica e  
88 plenária, posteriormente. Os indicados pelo comitê Piracicaba foram os  
89 conselheiros Geraldo Magela e Jorge Martins Borges. Em seguida, Geraldo  
90 Magela pergunta quem realiza a fiscalização de lançamentos nos recursos  
91 hídricos, Alex responde que o IGAM é responsável por essa ação. Jorge Borges  
92 enfatizou que as fiscalizações não acontecem de forma efetiva. Geraldo Magela  
93 considerou responsabilidade do comitê fiscalizar as ações na bacia devido ao  
94 número de atividades realizadas em sua área. O conselheiro Luiz Cláudio de  
95 Castro Figueiredo respondeu que a declaração de lançamento é feita todo ano.  
96 Em prosseguimento, foram discutidos os itens 4 e 5 referentes a minuta do Edital  
97 de Chamamento n.º 02/2024 e n.º 03/2024 – do projeto Protratar Obras e Protratar  
98 Projetos, respectivamente. Inicialmente foram realizadas algumas considerações  
99 sobre o programa Protratar. Alex, logo após, passou a palavra ao Adriano para  
100 apresentação dos editais. O projeto foi lançado no ano de 2022 e a primeira  
101 seleção pelo comitê do Piracicaba foi realizada em 2023, alcançando quatro  
102 municípios e totalizando cinco obras, sendo essas três de sistemas de  
103 abastecimento de água aos municípios de Jaguaraçu, Marliéria e João  
104 Monlevade, e duas de sistemas de esgotamento sanitário aos municípios de Nova  
105 Era e João Monlevade. O objetivo do programa é a redução de cargas orgânicas  
106 *in natura* e aumento do percentual de atendimento urbano com água tratada.  
107 Foram apresentados os recursos disponíveis para execução do projeto, os  
108 critérios e condições de participação, forma de seleção e escolhas dos municípios.  
109 Todo o processo é dividido em três partes: habilitação, hierarquização e análise  
110 técnica de projetos. Foi ressaltado que o Protratar disponibiliza aportes para  
111 execução de obras, logo é importante que os municípios já tenham os projetos  
112 elaborados. A conselheira Lupeuara Oliveira Silva perguntou se aconteceria a

113 suspensão do Protatar Obras e Protatar Projetos a partir do dia 5 de julho, além  
114 disso, perguntou se aconteceria também a suspensão do programa Rio Vivo.  
115 Adriano respondeu que todas as atividades que o município participa de forma  
116 ativa, precisam ser suspensas, com exceção de atividades que já estão em  
117 andamento. Alex complementou que com relação ao período eleitoral o órgão  
118 gestor do comitê Piracicaba, IGAM, recomenda que em casos de contrato de  
119 transferência não pode ser feito repasse de recurso ao município. Por esse motivo  
120 os programas serão suspensos do início de julho até o final de outubro, em  
121 contrapartida, as ações diretas com proprietários e famílias rurais como o  
122 programa Rio Vivo continuam, porém, sem nenhuma ação que envolve a  
123 publicidade do município. André Marques, diretor presidente da AGEDOCE,  
124 complementou que não é permitida a realização de eventos de divulgação junto a  
125 políticos, para evitar caráter político tanto com o programa Rio Vivo quanto com  
126 comitê. Lupeuara perguntou em qual município tem sido executadas as ações de  
127 cercamento de nascente do programa Rio Vivo. Alex respondeu que o programa  
128 já está trabalhando no décimo primeiro município da bacia, conforme a ordem  
129 prevista. Para mais, foi contratada uma segunda empresa com intuito de atender  
130 as demandas dos demais municípios. Paulo Henrique perguntou como garantir  
131 que os pontos mais importantes da bacia tendo em vista o lançamento de dejetos,  
132 vão ser contemplados com os recursos dos programas Protratar Obras e Protratar  
133 Projetos, também sugeriu que os pontos críticos, sejam atendidos com os  
134 recursos, além disso perguntou se todo o projeto tem sido conduzido a esta  
135 questão. Adriano respondeu que os recursos dos projetos são públicos, logo só  
136 podem ser contempladas áreas inscritas nos editais de seleção, os municípios  
137 inscritos devem passar pela seleção para que áreas mais críticas sejam  
138 alcançadas, além disso, é importante estar regularizado com responsabilidade  
139 fiscais e tributárias, André Marques complementou que o comitê faz a gestão, mas  
140 trata-se de um órgão público, os critérios atendem os municípios mais críticos. O

141 conselheiro Marxiley Lima Azevedo perguntou se em relação ao recurso destinado  
142 ao sistema de abastecimento de água, um reservatório pode ser pleiteado e como  
143 ficaria a situação do projeto neste caso. Adriano respondeu que sim, pois o  
144 programa é sobre a ampliação e otimização do sistema de abastecimento de  
145 água. André Marques complementou que existe a necessidade de um projeto para  
146 implantação de um reservatório independente do caso. Em prosseguimento,  
147 Adriano e Alex, respectivamente, apresentaram o Edital de Chamamento no  
148 03/2024 – Protratar Projetos, destinado à solicitação de recursos para elaboração,  
149 adequação e atualização de projetos. Geraldo Magela enfatizou que é necessário  
150 chamar a atenção dos municípios para que se inscrevam nos projetos, André  
151 Marques complementou e concordou com a fala do conselheiro. Paulo Henrique  
152 perguntou se o valor disponível para execução de projetos de abastecimento de  
153 água e tratamento de esgoto são 2,5 milhões de reais cada. Jorge Borges  
154 enfatizou que 70% dos recursos são destinados ao esgoto. Paulo Henrique  
155 concordou com a fala de Geraldo Magela. Adriano complementou sobre os  
156 indicadores do Piracicaba, os objetivos do comitê e a correlação dos sistemas de  
157 esgotamento sanitário e sistema de abastecimento de água, tendo em vista não  
158 só a qualidade da água, mas também a quantidade. José Ângelo Paganini  
159 pronunciou sobre a importância de trabalhar com os recursos disponíveis e  
160 atender-se as prioridades da bacia que é o abastecimento humano e a  
161 dessedentação animal. Por fim, Paulo Henrique argumentou que em seu parecer  
162 o mais importante é priorizar os pontos mais críticos da bacia com os recursos  
163 disponíveis. Sem objeções os editais foram aprovados e serão posteriormente  
164 publicados. Em continuidade foi discutido sobre a implantação do PSA-  
165 Pagamento por Serviços Ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba.  
166 Juliana, apresentou a deliberação normativa que visa definir as áreas de  
167 implementação do programa de PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais do  
168 CBH Piracicaba, considerando o programa rio Vivo. Paulo Henrique falou que

169 considerava mais importante discutir o programa em si e não onde ele será  
170 implementado. Jorge Borges disse que uma empresa será contratada para  
171 executar o PSA e apresenta pontos definidos na reunião. Geraldo Magela falou  
172 que o que está sendo discutido são as áreas de implantação do PSA, porém  
173 concordou com a fala de Paulo Henrique, e enfatizou que apesar da contratação  
174 da empresa existe uma série de modelos interessantes de PSA e deve-se buscar  
175 um mais adequado para o território da bacia. Além disso, disse que cabe ao comitê  
176 debater sobre a forma que o PSA será executado e sugeriu a discussão sobre o  
177 volume de água que será produzido por meio do projeto. José Angelo Paganini  
178 questionou o último item da deliberação normativa, o conselheiro ainda diz que  
179 considera incorreto somente propriedades selecionadas pelo Rio Vivo receberem  
180 o recurso e sugere que as propriedades selecionadas no programa Rio Vivo sejam  
181 prioritárias, mas que o recurso não se limite a elas, mas alcance outras  
182 propriedades que já vem prestando serviço para a bacia, além disso, sugeriu a  
183 inserção de um artigo na deliberação normativa apresentando que o programa  
184 será construído com o comitê de bacias do Piracicaba e a assessoria contratada.  
185 Geraldo Magela concordou com José Angelo Paganini sobre acrescentar um  
186 artigo sobre o modelo de PSA, em contrapartida, disse que o programa Rio Vivo  
187 não ficará somente nas propriedades já selecionadas, e é importante considerar  
188 que as propriedades selecionadas atenderam o critério principal que é ser uma  
189 área de recarga para abastecimento humano, para mais, afirmou está  
190 acontecendo um grande investimento nessas propriedades e o PSA será uma  
191 oportunidade de monitoramento ao investimento realizado. Paulo Henrique  
192 sugeriu que a deliberação não seja decidida hoje, visto que ainda existem muitos  
193 pontos que devem ser discutidos sobre ela. Adriano ressaltou que a proposta do  
194 PSA se encontra a nível demonstrativo e o intuito é construir o programa e torná-  
195 lo perene, para mais a ideia de considerar as propriedades do Rio Vivo acontece,  
196 já que são áreas conhecidas. Jorge Borges contribuiu dizendo que será destinado

197 um valor de 250 mil em dois anos. Geraldo Magela concordou com a fala de  
198 Adriano e fez colocações sobre a seleção de propriedades pelo programa Rio  
199 Vivo. Jose Angelo Paganini concordou com as falas de Paulo Henrique e fez  
200 propostas para projeção do projeto. André Marques disse que modificações  
201 podem ser feitas na Deliberação Normativa. Geraldo Magela sugeriu a  
202 apresentação de um relatório após participação em eventos, além disso  
203 considerou que 250 mil é um valor pequeno e disse que o comitê não está preso  
204 nos recursos obtidos pelo comitê, logo é possível buscar recursos de outras  
205 fontes. André reafirmou que a deliberação é para elaboração o estudo para  
206 aplicação do PSA na bacia. Ficou acordado entre o conselho que na Deliberação  
207 Normativa estará previsto a aprovação da contratação de uma empresa de  
208 consultoria para elaboração em conjunto com CBH-Piracicaba do programa de  
209 um PSA na circunscrição hidrográfica do rio Piracicaba. Em continuidade a  
210 palavra foi passada ao Miqueias Donde, Analista do Administrativo Financeiro da  
211 AGEDoce para apresentação dos Relatórios de Execução do PAP e POA –  
212 Exercício 2023, apresentação do Relatório de Atividades do CBH-Piracicaba –  
213 Exercício de 2023 e posteriormente, aprovação dos relatórios. A palavra foi  
214 passada ao presidente do comitê, Jorge Borges, que agradeceu a presença de  
215 todos. Sem mais itens de pauta, e não havendo nenhum informe dos conselheiros,  
216 a reunião foi encerrada por volta das XXhXX. A gravação da plenária está  
217 disponível no canal Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, no YouTube, e  
218 poderá ser acessada pelos links:

219 <https://www.youtube.com/watch?v=faYkW4Ch65o>

220

221 **JORGE MARTINS BORGES**

222 **Presidente do CBH-Piracicaba**

223